



RETRATO DO BRASIL: ELEIÇÕES 2026

Sem terceira via, polarização entre azuis e vermelhos se repete.
Por Paulo Alonso, **página 2**



RUAS COMEÇA PELA ZONA OESTE

Início da disputa pelo Governo do Rio em reduto de Paes. Por Sidnei Domingues e Sérgio Braga, **página 4**



SISTEMA TRIBUTÁRIO MUITO CONFUSO

Em pesquisa de Locomotiva, brasileiros criticam impostos.
Por Bayard Do Coutto Boiteux, **página 3**

Desenrola renegocia R\$ 12 bi com deságio de 85%

Desenrola 2.0 renegociou cerca de R\$ 12 bilhões em dívidas de famílias e contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) desde o lançamento, disse nesta quinta-feira o ministro da Fazenda, Dario Durigan. Segundo ele, as negociações beneficiaram mais de 1 milhão de pessoas.

“O programa já alcançou mais de 1 milhão de CPFs e cerca de 1,1 milhão de operações”, afirmou durante coletiva para apresentar o balanço da iniciativa.

De acordo com o Ministério da Fazenda, 449 mil dívidas foram quitadas à vista no eixo voltado às famílias. O valor original desses débitos somava R\$ 1,06 bilhão, mas caiu para R\$ 154,2 milhões após os descontos aplicados nas negociações. O abatimento médio ficou em aproximadamente 85%.

Além dos pagamentos à vista, o programa refinanciou 685,5 mil operações com garantia do Fundo Garantidor de Operações (FGO).

Neste grupo, o estoque original das dívidas era de cerca de R\$ 9 bilhões. Após a renegociação, o valor caiu para R\$ 1,36 bilhão, também com desconto médio próximo de 85%.

Somando as operações quitadas e refinanciadas, o Desenrola Famílias já movimentou aproximadamente R\$ 10 bilhões em dívidas renegociadas.

O governo também atualizou os números do Desenrola Fies, voltado a contratos em atraso do financiamento estudantil. Até 19 de maio, foram renegociados 34.087 contratos. As dívidas originais somavam R\$ 2,04 bilhões e caíram para R\$ 410,2 milhões após os acordos. Segundo a Fazenda, o desconto médio nessa modalidade ficou próximo de 80%.

Segundo Durigan, a equipe econômica trabalha em uma nova versão do programa voltada para consumidores adimplentes, ou seja, pessoas sem dívidas em atraso. “Muito em breve vamos trazer detalhes”, afirmou o ministro. Essa questão, porém, sofre forte oposição do sistema financeiro.

O governo informou ainda que, a partir de 26 de maio, trabalhadores poderão usar recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para quitar dívidas no programa.

Originalmente, o Ministério do Trabalho e Emprego tinha informado que as renegociações começariam dia 25. No entanto, a Fazenda informou que as consultas é que começam dia 25.



Roberto Stuckert/PR

Minha Casa, Minha Vida leva crédito imobiliário a 10% do PIB

Antes do programa, representava somente 2%

A participação do crédito imobiliário no Produto Interno Bruto (PIB) atingiu mais de 10% no último ano, segundo dados do Banco Central apresentados pela Caixa Econômica Federal durante o Encontro Internacional da Indústria da Construção (Enic) 2026.

O avanço está diretamente relacionado à retomada dos investimentos em habitação e ao fortalecimento do Minha Casa, Minha Vida. Desde 2023, o programa já alcançou a marca de 2,3 milhões de moradias contratadas, com meta de chegar a 3 milhões de contratações até o fim de 2026.

Antes da implementação

MCMV, o crédito imobiliário representava somente 2% do PIB no Brasil. Em 2009, ano de lançamento do programa, o índice subiu para 7,5%. Após a retomada da política habitacional pelo Governo Federal, em 2023, o percentual voltou a crescer, chegando a mais de 10% em 2025, conforme os dados apresentados no encontro.

Ainda no Enic, o ministro das Cidades, Vladimir Lima, destacou que o Minha Casa, Minha Vida representou mais de metade dos lançamentos de imóveis habitacionais no país em 2025. Para 2026, o orçamento foi reforçado recentemente com R\$ 20 bilhões do Fundo Social e atingiu recorde

de R\$ 200 bilhões. “Isso nos dá a confiança de que vamos bater a meta e chegar a 3 milhões de residências contratadas desde 2023, o que será um recorde”, disse o ministro.

Diante do avanço do crédito imobiliário e da ampliação dos investimentos em habitação, representantes da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) entregaram ao Governo Federal um documento com propostas relacionadas ao fortalecimento da política habitacional e à sustentabilidade das fontes de financiamento do setor que, segundo o presidente Lula, deverá ser analisado até o final de junho.

Inflação avança para famílias de baixa renda e desacelera para as demais

A inflação aumentou no último mês para as famílias com renda de até R\$ 2.299,82, considerada a faixa mais baixa de renda. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), nesta faixa de renda a inflação “avançou de 0,85% em março para 0,92% em abril.”

A variação geral de preços segundo o estrato econômico foi medida pelo indicador de inflação por faixa de renda calculado pelo Ipea. Conforme os dados analisados, a inflação desacelerou em abril para as faixas de renda acima dos R\$ 2.299,82.

Nota do instituto afirma que os reajustes mais fortes dos preços

da energia elétrica (0,72%) e dos produtos farmacêuticos (1,8%) em abril foram as maiores responsáveis pela aceleração inflacionária que repercutiu nas famílias de renda muito baixa.

De janeiro a abril de 2026, a taxa de inflação para quem ganha até R\$ 2.299,82 de renda foi de 2,66%. “No acumulado em 12 meses, no entanto, as famílias de renda muito baixa seguem sendo as com menor variação inflacionária (3,83%)”, ressalva o Ipea.

Para o conjunto total de famílias, independente de renda, as principais pressões inflacionárias de abril vieram da alta de preços do arroz (2,5%), feijão carioca (3,5%), batata

(6,6%), carnes (1,6%), ovos (1,7%) e leite (13,7%).

Além desses produtos, houve alta de no grupo de “saúde e cuidados pessoais”: puxado pelos acréscimos nos custos dos artigos de higiene (1,6%), e dos reajustes dos serviços médicos (1%).

Merece destaque ainda a pressão sobre os custos dos combustíveis (1,8%) devido à guerra no Oriente Médio. “Ao fazer uma comparação com abril de 2025, percebe-se que, embora todas as faixas de renda tenham registrado aceleração da inflação corrente, a alta de preços foi mais forte para as classes com menor poder aquisitivo”, assinala o Ipea.

China lidera projetos de investimento na Alemanha

Empresas chinesas se tornaram a maior fonte de projetos de investimento estrangeiro na Alemanha no ano passado, ultrapassando os Estados Unidos pela primeira vez desde 2017, segundo um relatório oficial divulgado nesta quinta-feira.

Empresas chinesas lançaram 228 projetos de investimento na Alemanha em 2025, um aumento de 14,6% em relação ao ano anterior, de acordo com o relatório anual da agência federal Germany Trade & Invest (GTAI).

Em contrapartida, empresas estadunidenses foram responsáveis por 206 projetos, uma queda de 10% em relação ao ano anterior. A Suíça ficou em terceiro lugar, com 174 projetos, após uma queda de 13,9%. O relatório acompanha investimentos greenfield (novos) e projetos de expansão, mas exclui fusões e aquisições.

O número de projetos de investimento estrangeiro na Alemanha caiu 9,3% no geral, para 1.564 em 2025, refletindo o que a GTAI descreveu como um ambiente de investimento global desafiador. A agência observou que a Alemanha permaneceu relativamente resiliente em comparação com seus pares da União Europeia, onde os projetos de investimento estrangeiro diminuíram cerca de 18% em todo o bloco.

Os investidores chineses demonstraram maior interesse em eletrônica e automação, transporte e logística, energia e digitalização, segundo o relatório.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,0199
Dólar Turismo	R\$ 5,2092
Euro	R\$ 5,8371
Iuan	R\$ 0,7342
Ouro (gr)	R\$ 725,87

ÍNDICES

IGP-M	0,52% (março)
	-0,73% (fevereiro)
IPCA-E	
	RJ (março) 0,46%
	SP (março) 0,52%
Selic	14,75%
Hot Money	0,63%

Retrato do Brasil: eleições 2026, sem terceira via, entre azuis e vermelhos – Parte 1

Por Paulo Alonso

Os personagens são os mesmos, e a polarização segue intensa, dividindo o Brasil entre azuis e vermelhos. A tão esperada terceira via não surgiu, e caminharemos para as eleições de outubro de 2026 com Lula e Flávio Bolsonaro se enfrentando e se digladiando no embate eleitoral, em meio a acusações recíprocas, escândalos vomitados diariamente e eleitores atônitos diante do Brasil em que vivemos: com educação e saúde precárias; segurança pública praticamente inexistente; salário-mínimo vergonhoso; políticas ambientais ainda incipientes; alto custo de vida; desemprego; crescimento da população em situação de rua; e ausência de saneamento básico, para citar apenas algumas das inúmeras mazelas que persistem no país.

Ronaldo Caiado, ex-governador de Goiás, e Romeu Zema, ex-governador de Minas Gerais, entraram no páreo das próximas eleições, mas até agora os percentuais de ambos são muito fracos, de acordo com as várias pesquisas já encomendadas e divulgadas. Outros candidatos nãnicos também concorrem. Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul, foi preterido e preferiu ficar à frente do seu Estado, sem disputar sequer uma das duas cadeiras do Senado da República.

Lula disputou seis eleições presidenciais. Ganhou três, perdeu três. Derrotas em 1989, 1994 e 1998. Em 1989, primeira eleição direta depois da ditadura, teve como adversário Fernando Collor, do PRN, hoje preso em regime domiciliar, em Alagoas. No segundo turno, Collor obteve 53,03% e Lula 46,97%. Collor venceu com discurso anticorrupção e “caçador de marajás”.

Ele foi o primeiro presidente eleito pelo voto direto após o golpe militar e o primeiro a sofrer impeachment no Brasil. Em sua chegada ao poder, confiscou a poupança acima de 50 mil cruzeiros, em 1990. O plano fracassou, gerou recessão e desemprego. Paulo César Farias, tesoureiro de campanha, foi acusado de montar esquema de corrupção, em que usava empresas fantasmas e contas no exterior para desviar dinheiro público; porém, foi absolvido por falta de provas. Denúncia do irmão Pedro Collor revelou

publicamente, em maio de 1992, o esquema envolvendo o presidente. Congresso instaurou uma CPI para investigar. Expôs rede de favorecimentos, contas fantasmas e uso indevido de recursos públicos.

Pedido de impeachment ocorreu em 1º setembro 1992, quando Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, e Marcello Lavenère, da OAB, entregaram pedido à Câmara em meio à onda de manifestações.

Em 29 de setembro, a Câmara aprova o afastamento de Collor. Dias depois, em 2 de outubro, Collor foi afastado, e o vice Itamar Franco assumiu interinamente e começou a montar seu ministério. No dia do julgamento no Senado, Collor renunciou por carta para tentar manter os seus direitos políticos. Não adiantou. No dia 30 de dezembro 1992, o Senado o condenou, votando pela perda do mandato e inelegibilidade por oito anos. Itamar Franco assumiu, lançou o Plano Real, e terminou o mandato em 1994. Só em 2006 Collor voltou a vida pública, eleito senador, por Alagoas.

Em 1994, o Plano Real foi o pano de fundo da campanha presidencial que elegeu Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, com 54,28% e Lula 27,04%, já no primeiro turno. FHC surfou no sucesso do Plano Real como ministro da Fazenda de Itamar, e Lula perdeu feio. Quatro anos mais tarde, em 1998, FHC foi reeleito, com 53,06% x Lula 31,71%, também no primeiro turno. Foi a primeira reeleição da história. FHC usou a estabilidade econômica. Nos dois mandatos, Marco Maciel, do PFL, então senador por Pernambuco, foi vice-presidente, eleito na chapa de FHC.

Lula, com José Alencar, do PL, como seu vice, foi vencedor em 2002 e 2006.

Em 2002, “A esperança venceu o medo”. No primeiro turno, Lula 46,44% x José Serra 23,19%; Garotinho, 17,86%; Ciro, 11,97%. No segundo turno, Lula 61,27% x Serra 38,72%. A Carta ao Povo Brasileiro acalmou o mercado. Primeira vitória do PT. Em 2006, reeleição de Lula tendo como seu adversário Geraldo Alckmin, PSDB. No primeiro turno, Lula 48,61% x Alckmin 41,64%. No segundo turno, Lula 60,83% x Alckmin 39,17%. Mesmo com o escândalo do Mensalão, Lula acabou vencendo muito por

causa da implementação do Bolsa Família e pelo crescimento do país.

José Alencar foi vice-presidente de Lula, de 1º de janeiro de 2003 até 1º de janeiro de 2011, e virou símbolo de coragem. Foi também, e por oito anos, ministro da Defesa, de 8 de novembro de 2004 até 31 de março de 2006. Senador por Minas Gerais de 1999 a 2003. Entrou na política pelo PMDB, em 1993, depois PL e PRB. As chapas Lula-Alencar, em 2002 e 2006, juntaram o sindicalista do PT com o empresário mineiro. Era o “sinal” para o mercado que o governo seria de conciliação. Chamavam de “Primo Pobre e Primo Rico”, Lula metalúrgico, Alencar milionário. Mas os dois vieram da pobreza extrema e se fizeram sozinhos.

José Alencar descobriu um câncer no intestino, em 1997. Lutou 13 anos. Fez 17 cirurgias, perdeu um rim, dois terços do estômago e partes dos intestinos. Mesmo doente, cumpriu os 8 anos como vice-presidente e ministro. Alencar é lembrado pela lealdade a Lula, pela coragem contra a doença – “Não tenho medo da morte, tenho medo da desonra” – e por ter sido ponte entre empresariado e o governo do PT. Foi o vice mais longo desde a redemocratização.

Dilma Rousseff foi a 36ª Presidente do Brasil e primeira mulher a ocupar o cargo, de 1º de janeiro de 2011 até 31 de agosto de 2016, quando foi afastada por um processo de impeachment. Ministra de Minas e Energia, 2003-2005, e ministra Chefe da Casa Civil, 2005-2010, no governo Lula; é, desde março de 2023, presidente do Novo Banco de Desenvolvimento – Banco do Brics, com sede em Xangai, na China. Disputou, em 2018, eleição, por Minas Gerais, que elegeu duas cadeiras no Senado da República, mas obteve uma votação ínfima, ficando em quarto lugar, com apenas 15,33% dos votos válidos.

Aos 16 anos, entrou na militância contra a ditadura. Fez parte de organizações de esquerda que defendiam a luta armada: Polop, Comando de Libertação Nacional – COLINA e Vanguarda Armada Revolucionária Palmares – VAR-Palmares. Foi presa, em 1970, pela Operação Bandeirante e Dops, permanecendo três anos atrás das grades, de 1970 a 1972. Foi torturada com pau-de-arara, palmatória, choques e socos. Teve direitos políticos cassados por

10 anos. Ela, todavia, afirma que jamais participou efetivamente da luta armada.

Reconstruiu sua vida em Porto Alegre, com Carlos Araújo, seu companheiro de cela e marido. Ajudou a fundar o PDT gaúcho. No Rio Grande do Sul, foi secretária Municipal da Fazenda de Porto Alegre, 1985-1988, no governo Alceu Collares; presidente da Fundação de Economia e Estatística, 1991-1993; secretária Estadual de Minas e Energia, 1993-1994 e 1999-2002. Em 2001, saiu do PDT e entrou no PT, após disputa interna no governo Olívio Dutra. Ingressou no Governo Lula, 2003-2010, para montar o plano energético.

Eleita, pelo PT, presidente da República, em 2010, no primeiro turno, recebe 46,91%, 47,6 milhões de votos; José Serra, do PSDB, 32,61%, 33,1 milhões de votos; e Marina Silva, do PV, 19,33%, 19,6 milhões de votos. Não teve maioria absoluta, foi para o segundo turno, obtendo 56,05%, ou 55,7 milhões de votos, enquanto José Serra, do PSDB, angariou 43,95%, ou 43,7 milhões de votos. Venceu em 16 estados, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Sucedeu Lula em 1º de janeiro de 2011.

Em 2014, foi reeleita, pelo PT, no pleito mais apertado da história do país. No primeiro turno, obteve 41,59%, ou 43,2 milhões de votos; Aécio Neves, do PSDB, atingiu a marca dos 33,55%, ou 34,8 milhões de votos; e Marina Silva, agora no PSB, chega aos 21,32%, ou 22,1 milhões de votos. No segundo turno, Dilma teve 51,64%, ou 54,5 milhões de votos, enquanto seu opositor Aécio Neves, do PSDB, ex-governador de Minas Gerais, 48,36%, ou 51 milhões de votos. Só 3,28 pontos, ou 3,4 milhões de votos impediram que Aécio vencesse essa eleição.

Dilma foi novamente vitoriosa nas regiões Norte e Nordeste, com destaques para o Maranhão, 78,76%; Piauí, 78,30%; e Pernambuco, 70,20%; e Aécio venceu no Sul e Sudeste, exceto RJ e MG, e Centro-Oeste. No Paraná, com 60,98%; no Distrito Federal, 61,90%; no Rio Grande do Sul, com 53,53%. Os votos vindos de Minas Gerais foram decisivos para que Dilma ganhasse sua reeleição. O estado lhe deu 52,41% dos votos válidos. Lula, com 80% de aprovação, transferiu votos para a sua candidata. A campanha do “Lulinha paz e amor” virou “Dilma mãe

do PAC”. Dilma tomou posse em 1º de janeiro de 2015, para o segundo mandato.

Viveu uma grave crise econômica, a partir de 2014, com a Operação Lava Jato e manifestações contrárias ao seu governo em todo o país. Três anos após, sem base no Congresso Nacional, sofreu impeachment, em 2016, acusada de crime de responsabilidade por “pedaladas fiscais” – atrasos em repasses a bancos públicos para maquiagem de contas. O processo foi aprovado na Câmara e no Senado. Afastada em 31 de agosto de 2016, foi substituída pelo Vice-Presidente Michel Temer, do PMDB. Dilma negou crime e chama o seu afastamento de golpe.

No Governo Dilma, de 2011 a 2016, eclodiram numerosos escândalos. Em 17 meses, sete ministros caíram por denúncias de corrupção: – Antônio Palocci, PT, ministro da Casa Civil, não explicou como multiplicou o patrimônio por 20 vezes em 4 anos. Empresa de consultoria faturou R\$ 20 milhões, em 2010, ano que coordenou campanha de Dilma. Caiu em junho de 2011. Ele já tinha caído, no governo Lula, pelo caso do caseiro Francenildo.

– Alfredo Nascimento, PR, ministro dos Transportes. Superfaturamento de obras e propina no Dnit. Reportagem da Veja mostrou esquema de 4% de propina. Caiu em julho de 2011.

– Wagner Rossi, do PMDB, ministro da Agricultura. Tráfico de influência e jantares de R\$ 25 mil pagos por lobistas. Uso de avião da pasta para passeio. Caiu em agosto de 2011.

– Pedro Novais, do PMDB, ministro do Turismo. Funcionária fantasma – secretária particular paga pelo ministério para trabalhar na casa dele. Caiu em setembro de 2011.

– Orlando Silva, do PCdoB, ministro do Esporte. Suposto desvio de R\$ 40 milhões no programa Segundo Tempo via ONGs. Caiu em outubro de 2011.

– Carlos Lupi, do PDT, ministro do Trabalho. Convênios irregulares com ONGs. Viagens em jatinho de empresário que tinha contratos com o ministério. Caiu em dezembro de 2011.

– Mário Negromonte, do PP, ministro das Cidades. Denúncias de loteamento de cargos e irregularidades na pasta. Caiu em fevereiro de 2012.

– Erenice Guerra, ministra da Casa Civil, 2010, substituta de Dilma na Casa Civil, quando Dilma saiu

para campanha, caiu, em setembro de 2010, antes de Dilma assumir à Presidência. O filho dela, Israel Guerra, foi acusado de cobrar propina para liberar empréstimos no BNDES e facilitar contrato de empresa aérea com os Correios.

Outros escândalos abalaram o país:

– Operação Porto Seguro, 2012. Venda de pareceres técnicos fraudulentos em sete órgãos federais para beneficiar empresas privadas. Protagonistas: Rosemary Nóvoa de Noronha, ex-chefe de gabinete da Presidência em SP, e José Weber Holanda, da AGU. Ambos muito próximos de Lula e Dilma.

– Petrolão/Lava Jato, desvios bilionários na Petrobras, entre 2004-2014, governos Lula e Dilma. Empregadas pagavam propina para diretores e políticos em troca de contratos superfaturados. Atingiu o PT em cheio. Dilma disse que não sabia. A crise econômica e a Lava Jato levaram às manifestações de 2013 a 2015 e ao impeachment. Dilma não foi acusada de corrupção pessoal, mas de responsabilidade sobre a estatal.

– Pedaladas Fiscais, 2015 a 2016: Governo atrasou repasses para a Caixa Econômica, BB e BNDES para pagar o Bolsa Família e o seguro-desemprego. Bancos cobriam com recursos próprios. Manobra maquiou déficit em ano eleitoral. Essa foi a base legal do impeachment. TCU rejeitou contas de 2014. Câmara aprovou impeachment, em abril de 2016, e Senado a cassou em 31 de agosto de 2016.

Eleito vice-presidente com Dilma, em 2010, e reeleito, em 2014, Michel Temer, do PMDB, como vice, chefiou importantes missões internacionais. Sua relação, todavia, com Dilma azedou, em 2015. Em dezembro desse mesmo ano, Temer enviou uma carta a Dilma dizendo que era um “vice decorativo”.

Com o impeachment de Dilma, Temer assume a presidência da República, 2016-2018, estabelecendo uma “Ponte para o Futuro: Programa econômico liberal”. Teto de gastos foi aprovado, assim como a Reforma Trabalhista. Em 2017, baixou um decreto de intervenção federal, na segurança do Rio de Janeiro. Entregou a faixa presidencial para Jair Bolsonaro, em 1º de janeiro de 2019.

Paulo Alonso é jornalista.

Monitor Mercantil



Diretor Responsável

Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial

Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



Serviços noticiosos:

Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912

monitormercantil.com.br

twitter.com/sigaomonitor

redacao@monitormercantil.com.br

publicidade@monitor.inf.br

monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura

Mensal: R\$ 180,00

Plano anual: 12 x R\$ 40,00

Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas



Monitor Mercantil S/A

Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.

Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001

São Paulo - SP - Brasil

Tel.: + 55 11 3165-6192

NOVOS TEMPOS



Bayard Do Coutto Boiteux
professorbayardturismo@gmail.com

Sistema tributário confuso

Pesquisa do Instituto Locomotiva, com a Question-Pro, traz dados interessantes: 73% dos entrevistados dizem que o sistema tributário brasileiro é confuso; 56% criticam as mudanças frequentes; 82% afirmam que os impostos são altos demais; e apenas 55% acreditam que são destinados ao bem-estar da população, com saúde e educação, por exemplo.

En français

A cantora e compositora multi-instrumentista Christine Valença lança amanhã seu single *Sur ton île*. Mais um mergulho na ponte Brasil-França, com a participação de três franceses: o rapper Verso, o cantor Félicien Adam e o instrumentista Luazó. O clipe de lançamento traz imagens do Rio. Uma peça de promoção do Rio.

Álbum da Copa

Com o aumento de seleções e países, o custo para completar o álbum, no Brasil, ultrapassa R\$ 7 mil. O pior é que as mudanças recentes não são contempladas. Em alguns países, pode chegar a R\$ 25 mil.

Ryanair

O CEO da Ryanair, O'Leary, quer que bares em aeroportos da Grã-Bretanha sejam proibidos de vender bebidas alcoólicas no início da manhã. A providência é para reduzir constantes maus comportamentos a bordo. Atualmente, a empresa low cost é obrigada a desviar um voo por dia em função de passageiros indisciplinados.

Vergonha em Israel

O ministro Ben Gvir, o mais linha-dura do atual governo israelense, ordenou que os mais de 400 integrantes da flotilha de solidariedade a Gaza, detidos em águas internacionais próximas a Chipre, fossem submetidos a tortura e humilhações na chegada a Israel. Há uma revolta internacional. Mais um desrespeito aos direitos humanos.

Outra vergonha

A Igreja Universal do Reino de Deus está se aproveitando da pobreza e da falta de conhecimento e arrecadando dinheiro na República Democrática do Congo, onde pessoas vivem com menos de R\$ 9. São cinco templos em Kinshasa. O fundador da Igreja tem um patrimônio de R\$ 10 bilhões.

Excelente entrevista

Chico Vartulli entrevista, na JP, do querido jornalista Luiz Claudio de Almeida, o médico e pesquisador Mario Donato D'Angelo, que nos alerta sobre prevenção de quedas e preservação da autonomia. "Embora o corpo fale baixo", diz o médico, "os sinais de perda de capacidade funcional, como necessidade de apoio para se levantar, tropeços frequentes, redução da velocidade da marcha..."

Helicóptero compartilhado

O condomínio Oni Araras conseguiu uma proeza: 70% dos seus 74 terrenos foram vendidos. O empreendimento de luxo, em Araras, município de Petrópolis, será o primeiro no Brasil a oferecer helicóptero compartilhado para os moradores.

Frase da semana

"A ponte que resiste ao rio não é a que desafia a corrente, mas a que aprende onde apoiar seus pilares." – *Provérbio japonês*

Arrecadação federal já alcança R\$ 1 trilhão no ano

Receita recorde de R\$ 278 bilhões em abril

Impulsionado pelo crescimento da economia e pela alta do petróleo, o governo federal arrecadou R\$ 278,8 bilhões em impostos, contribuições e demais receitas em abril. É o melhor resultado para o mês desde o início da série histórica, em 1995.

Os dados foram divulgados nesta quinta-feira pela Receita Federal e mostram crescimento real de 7,82% em relação a abril de 2025, descontada a inflação. No acumulado de janeiro a abril, a arrecadação chegou a R\$ 1,05 trilhão, alta real de 5,41% na comparação com o mesmo período do ano passado. Também é o maior valor já registrado para um primeiro quadrimestre desde o início da série histórica.

Principais números

Arrecadação em abril - R\$ 278,8 bilhões (7,82% acima da inflação); arrecadação no ano - R\$ 1,05 trilhão (5,41% acima da inflação); IRPJ e CSLL - R\$ 64,8 bilhões (7,73%); receita previdenciária - R\$ 62,7

bilhões (4,83%); IR sobre rendimentos de capital - R\$ 13,2 bilhões (25,45%); alta da arrecadação do petróleo e gás - R\$ 11,4 bilhões (541% em abril).

Segundo a Receita Federal, o desempenho foi impulsionado principalmente pelo aumento da arrecadação previdenciária, relacionado ao aumento do trabalho formal. O crescimento também foi motivado pelo Programa de Integração Social (PIS) e pela Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), ligados ao consumo.

Também contribuíram para a alta o Imposto de Renda sobre aplicações financeiras, reformulado no ano passado, e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), cujas alíquotas sobre operações cambiais aumentaram em 2025.

Segundo a Agência Brasil, outro fator importante foi a reoneração gradual da folha de pagamentos de alguns setores e da contribuição patronal dos municípios, retomada desde janeiro de 2025.

Bancos devem indenizar vítima do golpe do bilhete premiado

Quase quatro anos após o ocorrido, ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em sessão virtual no início do mês, decidiram por unanimidade, condenar os bancos Nubank e Inter a devolverem, de forma solidária, R\$ 51.796,00 para uma idosa com 75 anos, vítima do golpe do bilhete premiado. Não cabe mais recurso.

Os bancos recorreram, alegando culpa exclusiva da vítima, que espontaneamente realizou transferência de valores à conta do estelionatário. E, em segundo grau, o Núcleo de Justiça 4.0 Turma V de Direito Privado 2 do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) aceitou esse argumento, mudando a decisão a favor das instituições financeiras.

As instituições terão ainda de pagar R\$ 10 mil de indenização por danos morais. O caso chegou aos tribunais superiores no recurso especial interposto pelos advogados Fabricio Posocco e Andrews Ferruccio, do escritório Posocco & Advogados Associados, responsáveis pela defesa da vítima.

De acordo com o relator, o ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, ficou constatada a falha na prestação dos serviços da instituição na qual a idosa mantém sua conta, de onde foi efetuada a transferência de quase R\$ 52 mil, via Pix, para conta de terceiro mantida na instituição Inter.

"Caso o Nubank tivesse dispensada a devida atenção à movimentação repentina de alto valor, em total dissonância com a movimentação padrão da consumidora, por certo, teria evitado a concretização da fraude", explicou Cueva.

O Inter não conseguiu

A arrecadação com Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) somou R\$ 64,8 bilhões em abril, com crescimento real de 7,73%.

De acordo com a Receita, houve aumento na tributação de empresas enquadradas em diferentes regimes, como estimativa mensal, lucro presumido e balanço trimestral. O avanço indica que as empresas tiveram maior lucro tributável e ampliaram o recolhimento de impostos federais.

A receita previdenciária arrecadou R\$ 62,7 bilhões em abril, crescimento real de 4,83%. O resultado foi influenciado pelo aumento da massa salarial do país, que cresceu 3,61% em março na comparação anual. Também houve expansão de 9,18% na arrecadação previdenciária ligada ao Simples Nacional. Na prática, mais empregos formais e salários maiores aumentam automaticamente a contribuição recolhida ao INSS.

O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) so-

bre rendimentos de capital arrecadou R\$ 13,2 bilhões com crescimento real de 25,45%. A Receita atribui o resultado ao aumento da tributação sobre aplicações de renda fixa e ao salto na arrecadação com Juros sobre Capital Próprio (JCP), mecanismo usado por empresas para remunerar os acionistas. A cobrança sobre JCP cresceu 94,74% em relação ao mesmo mês do ano passado.

Um dos maiores destaques veio do setor de petróleo e gás natural. A arrecadação ligada aos tributos e aos royalties de exploração do setor disparou 541% em abril, alcançando R\$ 11,4 bilhões. No acumulado do ano, a alta chega a 264%, com receitas de R\$ 40,2 bilhões. O crescimento foi provocado principalmente pela forte valorização internacional do petróleo em meio às tensões geopolíticas no Oriente Médio e à guerra envolvendo o Irã. Com o barril mais caro, empresas do setor lucram mais, recolhendo mais impostos e royalties ao governo.

comprovar a regularidade da abertura da conta que recebeu o montante.

O golpe do bilhete premiado aconteceu no dia 7 de novembro de 2022, em Santos, no litoral de São Paulo. A idosa foi abordada por um homem e duas mulheres que afirmavam estar negociando um suposto bilhete premiado de loteria.

Durante a conversa, uma das mulheres convenceu a autora a emprestar um valor, sendo que após relutar a autora acabou concordando e fez um Pix de R\$ 51.796,00, sob a promessa de que receberia essa quantia de volta em seguida. Após acompanhá-la até uma agência bancária, onde seria feita a devolução, a golpista desapareceu. Neste momento, a idosa percebeu que havia sido vítima de estelionato, perdendo toda a

economia de sua vida.

A autora registrou um boletim de ocorrência e entrou em contato com o Nubank pedindo o bloqueio da transação e a devolução do dinheiro. A instituição financeira disse que em até sete dias úteis o departamento de fraude daria uma resposta. Da mesma forma, a vítima contactou o Inter, e foi informada de que não seria possível a realização de nenhuma devolução, pois seus sistemas de segurança não detectaram nenhuma fraude.

O Nubank demonstrou a existência de falha nos seus serviços pela forma como o SAC (Serviço de Atendimento ao Cliente) não procedeu corretamente em relação a comunicação da fraude para realizar imediatamente o bloqueio dos valores e instaurar o MED (Mecanismo Especial de Devolução) na conta recebedora.

Assine o jornal



Monitor Mercantil
(21) 3849-6444

ICATU HOLDING S/A
CNPJ/MF n.º 02.316.471/0001-39 / NIRE n.º 3.330.016.696-3
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2026.
1. Hora e Local: Às 10:00 horas, na sede social, na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, na Av. Ataulfo de Paiva, n.º. 1.100, 2º andar, Leblon. **2. Convocação:** Conforme Edital de Convocação publicado no Monitor Mercantil nos dias 05, 06 e 07 de maio de 2026. **3. Presença:** Acionistas representando mais de 2/3 do capital votante conforme Lista de Presença anexa. **4. Mesa:** Presidente da Reunião: Antonio Carlos Dantas Mattos. Secretário da Reunião: José de Mello da Cunha Alvarenga Neto. **5. Deliberações por unanimidade:** Lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei 6.404/76 e alterações posteriores; e ratificação da aprovação das contas da Companhia, bem como das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025, publicadas no Monitor Mercantil nos dias 31 de março de 2026, conforme já aprovado na Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 04/05/2026, em cuja edital de convocação, por lapso, constou "...exercício social encerrado em 31/12/2024..." ao invés de "exercício social encerrado em 31/12/2025". **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro, 15 de maio de 2026 (ass.) Antonio Carlos Dantas Mattos - Presidente; José de Mello da Cunha Alvarenga Neto - Secretário; Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga; Lucia Nabuco de Almeida Braga Rebello; Sílvia Nabuco de Almeida Braga; Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga. **JUCERJA 7784303 em 20/05/2026. Gabriel Oliveira de Souza Voi – Secretário Geral.**

DECISÕES ECONÔMICAS



Sidnei Domingues Sérgio Braga

sergiocpb@gmail.com



Deputado Douglas Ruas

Douglas Ruas inicia pré-campanha pela Zona Oeste do Rio

Enquanto Eduardo Paes (PSD) roda o interior do estado, visitando cidades que nunca se interessou em conhecer, o pré-candidato ao Governo do Estado, deputado e presidente da Alerj, Douglas Ruas (PL), resolveu iniciar sua pré-campanha na região que mais deu votos ao ex-prefeito. Na última terça-feira (19), Ruas mostrou sua força política na Zona Oeste do Rio ao reunir centenas de pessoas em um grande encontro no Bangu Atlético Clube. No evento, ele reforçou que a segurança pública será uma de suas prioridades.

Família Felipe apoia Ruas

O evento de pré-campanha de Douglas Ruas reuniu lideranças locais, incluindo ex-apoiadores de Eduardo Paes. Nesse particular, o destaque foi a participação do pré-candidato a deputado estadual Jorge Felipe Neto (PL) e de seu avô, o vereador Jorge Felipe, referência histórica na política da Zona Oeste. Nas eleições anteriores, a dupla esteve colada a Eduardo Paes. Pularam o muro.



Deputado Delegado Carlos Augusto

Multa para homens no vagão das mulheres

Projeto de lei assinado pelo deputado Delegado Carlos Augusto (PL), em tramitação na Alerj, determina multa de 35 Ufirs-RJ (R\$ 173,61) para o ingresso e a permanência de homem em vagão exclusivo para mulheres nos sistemas ferroviário e metroviário do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, a entrada de homens no vagão exclusivo é proibida nos dois modais.

ICMS das blusinhas

O fim da cobrança de imposto de importação federal sobre produtos com valor de até 50 dólares, conhecido como “taxa das blusinhas”, incentivou a deputada Dani Monteiro (PSOL) a apresentar, na Alerj, projeto de lei autorizando o Governo do Estado a isentar tais produtos da cobrança de ICMS.

Libras no Poupatempo

As unidades do Poupatempo terão a presença de tradutores ou intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras). É o que determina projeto de lei, assinado pelo deputado Bruno Dauaire (União), aprovado na Alerj esta semana. O parlamentar destacou que a Libras é reconhecida oficialmente no país e cabe ao Estado garantir a inclusão das pessoas com deficiência.

App 99 desenvolve tecnologia para monitorar motoboys parceiros

Acerações e frenagens bruscas, curvas acentuadas, mudanças de faixas abruptas e ultrapassagem de limites de velocidade estão entre os itens observados pela empresa 99 monitorar o comportamento de motociclistas parceiros.

Por meio de sensores, a empresa desenvolveu um sistema com algoritmo que capta todos esses movimentos irregulares e alerta os condutores. Ultrapassagem de sinal vermelho, andar na contramão e andar sobre a calçada são os próximos pontos de acompanhamento.

Dados internos da empresa de tecnologia voltada à mobilidade urbana revelam que até 82% dos condutores conseguem corrigir comportamentos de risco após receber avisos preventivos de restrição no aplicativo. O levantamento é do Relatório de Direção e

contempla os três primeiros meses de 2026.

No Rio de Janeiro, cidade piloto da iniciativa, o melhor resultado foi registrado em março, quando 82% dos motociclistas passaram a dirigir de forma mais segura depois de receberem a advertência. Em outubro de 2025, a prefeitura decidiu fiscalizar manobras perigosas de motoristas de app. A 99 foi uma das que aderiram ao decreto.

Em janeiro deste ano, o índice foi de 48% e, em fevereiro, a taxa de melhora foi de 14%, mas o volume de motociclistas notificados por comportamentos imprudentes foi o menor de todos: apenas 0,03% do total de condutores parceiros na cidade.

Em nível nacional, o índice de correção de comportamentos também foi alto: em março, mais de 80% dos motociclistas alertados melhoraram sua condução no

mesmo mês. Nos demais meses analisados, os índices foram de 31% em janeiro e 7% em fevereiro.

Restrições

A gerente sênior de segurança da 99, Maria Luiza Marcolan, explica que a empresa exige nota mínima de 60% para o motorista continuar pilotando. “A gente manda uma mensagem para o motorista com nota menor que 60% para ter atenção. Se não melhorar seu comportamento em 15 dias, vai sofrer uma restrição. Nesse prazo de 15 dias, 30% já melhoram.”

Segundo ela, com a primeira restrição, o motorista fica cinco dias fora da plataforma. Se acontece novamente no mês seguinte, dez dias. De novo, no outro mês, 30 dias. Se ocorrer mais uma vez, o motorista é bloqueado da plataforma.

De acordo com Maria

Luiza, das pessoas restritas uma primeira vez, 60% melhoraram a pilotagem. “O objetivo é a mudança de comportamento. A maioria fica na restrição de cinco dias.”

A gerente explica que o Relatório de Direção ajuda o motociclista parceiro a entender seu comportamento e a fazer ajustes práticos no dia a dia, o que se reflete diretamente na redução de riscos. “Observamos redução de 35% nos acidentes registrados no primeiro trimestre deste ano — resultado três vezes maior do que a redução registrada no mesmo período de 2025, quando houve 11% de diminuição nesse índice.”

Ela acrescenta que essa diferença de quase 24 pontos percentuais reforça o entendimento de que, quando se combina tecnologia e educação, é possível gerar impacto real na segurança viária.

Motoboys impulsionam mercado de aluguel de motos no Brasil

O mercado de locação de motos cresceu. Os números mostram que a base desse mercado está longe de ser marginal. Em 2024, o Brasil tinha 1,7 milhão de pessoas trabalhando por meio de plataformas e aplicativos de serviços, alta de 25,4% em relação a 2022, segundo o IBGE. Desse total, 29,3% atuavam em aplicativos de entrega de comida e produtos, o equivalente a 485 mil trabalhadores. No mesmo ano, o país tinha 1,1 milhão de ocupados que trabalhavam como condutores de motocicletas, e 351 mil deles já atuavam por aplicativos — cerca de um em cada três.

“O avanço ajuda a explicar também o boom da própria motocicleta como ativo econômico. Dados da Abraciclo mostram que 2025 terminou com recorde de emplacamentos no varejo, com 2.197.851 motocicletas licenciadas no país, alta de 17,1% sobre 2024. Para 2026, a entidade pro-

jeta novo crescimento, para 2,3 milhões de unidades. A leitura do setor é clara: a demanda segue aquecida pela mobilidade urbana e pelo uso profissional”, destaca Geraldo Carneiro, fundador da Byker.

Do lado da locação, a aceleração foi ainda mais forte. Segundo a Abla, as empresas do setor emplacaram 70.571 motocicletas em 2024, um salto de 89,6% sobre o ano anterior. A frota total de motos das locadoras chegou a 140.865 unidades, avanço de 81,4% em um ano. Não se trata apenas de mais uma vertical do aluguel de veículos: é um segmento que passou a capturar uma demanda direta de trabalhadores que precisam rodar imediatamente, mas não conseguem, ou não querem, assumir o custo de compra e financiamento de uma moto própria.

A conta faz sentido para um público marcado pela informalidade e pela renda variável. Em 2022, 77,1%

dos trabalhadores por aplicativos eram por conta própria, segundo o IBGE. Já um estudo divulgado pelo Ipea em 2024 mostrou que, entre entregadores “plataformizáveis”, a renda média caiu de R\$ 2.250 em 2015 para R\$ 1.650 em 2021, enquanto aumentou o contingente de profissionais submetidos a jornadas longas e caiu a contribuição previdenciária. Na prática, isso ajuda a entender por que o financiamento tradicional nem sempre é viável para esse trabalhador: a renda oscila, o histórico formal muitas vezes é frágil e o custo financeiro pesa mais.

“O crédito, aliás, segue sendo um gargalo mais amplo para pequenos empreendedores e trabalhadores autônomos. Dados do Banco Central mostram que a penetração do crédito é muito desigual por faixa de renda: entre quem ganha até um salário mínimo, apenas 11% tinham operações de crédito. No universo do

microempreendedor individual, a percepção de dificuldade continua alta. Em junho de 2025, 63,2% dos MEIs ainda consideravam difícil acessar crédito, segundo sondagem do Sebrae com a FGV; em 2024, esse índice era de 67,8%”, explica Carneiro.

É nesse intervalo entre a urgência de trabalhar e a dificuldade de comprar que o aluguel de motos se consolida como alternativa operacional. Para o entregador, a locação reduz a barreira de entrada: dispensa o desembolso alto da compra, encurta o tempo para começar a rodar e, em muitos modelos, já inclui manutenção, suporte e previsibilidade de custo. Para a economia urbana, isso significa algo mais amplo: mais gente conseguindo gerar renda rapidamente, especialmente em um mercado em que a demanda por entrega se tornou estrutural e não mais pontual, como foi no auge da pandemia.

Setor cervejeiro soma quase 2 mil fábricas no país

Com recorde de 1.954 cervejarias registradas, mas o menor crescimento proporcional da série histórica, o setor cervejeiro brasileiro chega a 2026 em um estágio de maior maturidade e exigência competitiva.

A leitura se confirma diante dos dados mais recentes do Anuário da Cerveja 2026, do Ministério da Agricultura e Pecuária, divulgados anteontem que aponta crescimento de apenas 0,3% no número de cervejarias registradas em 2025, abaixo da alta de 5,5% observada no ano anterior. Ao mesmo tempo, a produção de cerveja registrou crescimento de 536%. Eram 118,9 milhões de litros, e em 2024 o salto foi para 757,4 milhões.

movimentos de adaptação, como o avanço de produtos com atributos específicos, como low ou zero álcool e sem glúten, e a manutenção da presença territorial e da diversidade de marcas.

Já a cerveja sem álcool é, cada vez mais, uma escolha dos brasileiros. Dados divulgados pela Euromonitor apontam que em 2026 devem ser consumidos 885 milhões de litros no país — sete vezes mais do que o volume de 2019. Só entre 2023 e 2024, de acordo com o Anuário da Cerveja, a produção de cerveja sem álcool no Brasil cresceu 536%. Eram 118,9 milhões de litros, e em 2024 o salto foi para 757,4 milhões.

TIJÓ PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.	
(Tijó Companhia) CNPJ nº 14.522.198/0001-88 - NIRE 35.300.414.063	
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2026	
1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 30 dias do mês de abril de 2026, às 10 horas, na filial da Companhia localizada na Praia do Flamengo nº 154, sala 1.103, Flamengo, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, por vídeo conferência. 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. 3. MESA: Presidente: André Gallardo de Camargo, Secretária: Sra. Renata Moreszohm. 4. ORDEN DO DIA: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e (iii) eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia. 5. DELIBERAÇÕES: Assembleia devidamente instalada, os acionistas deliberaram o que segue: (i) Aprovar, por unanimidade, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer, sem ressalvas, dos Auditores Externos Independentes, o Relatório da Administração emitido em 29 de janeiro de 2026 e parecer favorável do Conselho Fiscal datado de 25 de fevereiro de 2026 relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, os quais foram colocados à disposição dos acionistas para consulta na sede social da Companhia. As referidas Demonstrações Financeiras foram publicadas na edição de 27 de março de 2026, página 12, do Jornal Monitor Mercantil de São Paulo, conforme previsto do § 4º do art. 133 da Lei das S.A., tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas. (ii) Aprovar a Proposta de Administração de destinação do lucro líquido do exercício de 2025 no montante de R\$ 92.864.354,65 (noventa e dois milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), conforme segue: (a) já constituído no limite estabelecido de 20% do capital social para a constituição da Reserva Legal, (b) R\$ 23.216.088,65 (vinte e três milhões, duzentos e dezesseis mil, oitenta e oito reais e sessenta e seis centavos), correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, como dividendos mínimos obrigatórios, já pagos como antecipação de dividendos intermediários em 2025, e (c) R\$ 2.547.754,11 (dois milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e onze centavos), correspondentes a dividendos adicionais, sendo que esse valor o montante informado em (b) acima já foram integralmente pagos aos acionistas conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 25 de setembro de 2025; e (d) R\$ 67.100.511,88 (sessenta e sete milhões, cem mil, quinhentos e onze reais e oitenta e oito centavos), correspondente ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício de 2025, será mantido como reserva de lucro para posterior destinação e deliberação dos acionistas. (iii) Eleição dos membros do Conselho Fiscal: Foram eleitos os seguintes indivíduos para ocupar os cargos de membro do Conselho Fiscal da Companhia: (i) Sr. Washington Fortes da Silva, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 2.101.701, expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 722.375.111-87, com endereço comercial na Av. Graça Aranha nº 26, Centro, Rio de Janeiro/RJ, como Presidente e membro titular do Conselho Fiscal e Sr. Wallace Pereira, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade nº 200090355, expedida pelo DIC/RJ, inscrito no CPF sob o nº 098.313.177-50, com endereço comercial na Av. Graça Aranha nº 26, Centro, Rio de Janeiro/RJ, como seu suplente; (ii) Sr. Bruno Shigeyoshi Oshiro, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF sob o nº 074.475.088-10, portador da carteira de identidade nº 17.589.821, expedida pela SSP/SP, domiciliado na Rua Peregrino Bernardo, nº 394, São Caetano do Sul - SP, como membro titular do Conselho Fiscal, e Sr. Paulo Roberto Franceschi, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade nº 669.976, expedida pela SSP-PR, inscrito no CPF sob o nº 171.891.289-72, com endereço comercial na Rua Marechal Deodoro, 630, Conjunto 1305, Curitiba - PR, como seu suplente; e (iii) Eder da Silveira de Almeida, brasileiro, em união estável, contador, portador da carteira de identidade nº 2.505.519, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 035.446.409-45, com endereço comercial na Av. Graça Aranha nº 26, Centro, Rio de Janeiro/RJ, como membro titular do Conselho Fiscal, e Sra. Letícia Barbosa de Medeiros, brasileira, casada, engenheira de produção, portadora da carteira de identidade nº 27.048.137-7, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 142.006.667-66, com endereço comercial na Av. Graça Aranha, nº 26, Centro, Rio de Janeiro/RJ, como seu suplente, todos com mandato de 1 (um) ano, estendendo-se até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2027, permitida a reeleição. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos declaram não estar incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer atividade mercantil, tomando posse de seus cargos imediatamente, mediante assinatura do respectivo termo, arquivado na sede da Companhia. A remuneração dos Conselheiros ora eleitos será mantida conforme atualmente realizada. 6. ESCLARECIMENTOS: As publicações da Companhia, conforme determina o artigo 289 da Lei das S.A., serão feitas no jornal Monitor Mercantil. Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do artigo 130, §1º da Lei das S.A.. 7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem quis depois dela fazer uso e, como ninguém se manifestou, deu por encerrada a sessão, solicitando a lavratura da presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi por todos assinada. 8. ASSINATURAS: Mesa André Gallardo de Camargo - Presidente; Renata Moreszohm - Secretária; Acionistas: Iuno Participações e Investimentos S.A. e Avia Energia S.A., Certidão que a presente certidão é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2026. Renata Moreszohm - Secretária da Mesa. JUCESP: Certificado de registro sob o nº 216.084/26-0 em 15/05/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.	

A situação dos produtores agrícolas e as perspectivas do agronegócio

Por Jorge Priori

Conversamos com Leandro Gilio, professor e pesquisador do Insper Agro Global, sobre a situação dos produtores agrícolas e as perspectivas do agronegócio.

De uma forma geral, como estão os produtores agrícolas em termos econômicos-financeiros?

Os produtores estão vivendo um momento complicado, em que os juros estão muito elevados, o acesso a crédito está bastante complicado, e os preços dos insumos cresceram muito devido ao conflito no Oriente Médio. Ao mesmo tempo, os preços dos produtos agrícolas estão em patamares menores do que no ano passado. Além disso, os produtores estão enfrentando a valorização do câmbio, o que impacta as exportações.

Cabe destacar que os produtores já vinham de uma situação em 2025 com margens mais apertadas, endividamento recorde no setor e aumento de pedidos de recuperação judicial.

A situação dos produtores agrícolas pode afetar a produção do agronegócio brasileiro?

Com certeza, já que os produtores agrícolas estão tendo dificuldades para tomar crédito, comprar insumos e investirem na produção. Se essa situação perdurar, principalmente nas etapas de plantio e de compra de insumos, isso vai afetar a produtividade e a produção do setor.

Existe a possibilidade que o agronegócio brasileiro tenha problemas de fornecimento de fertilizantes a partir do segundo semestre?

Como está havendo um

problema na cadeia de produção e de fornecimento de fertilizantes, as importações do Brasil já estão com uma tendência de queda. Vale ressaltar que o Brasil importa mais de 80% dos fertilizantes que consome, principalmente dos macronutrientes principais. Por mais que o país tenha uma demanda significativa, já existe uma sinalização no mercado de que a oferta de fertilizantes pode ser reduzida e de que, eventualmente, pode faltar, apesar de não haver uma confirmação.

A situação atual é muito mais preocupante do que no início da guerra entre Rússia e Ucrânia, quando houve uma crise causada pela alta dos preços dos fertilizantes e por algum risco de falta de fornecimento, já que ela está se estendendo mais no sentido de prejudicar a cadeia de fornecimento.

O governo está acompanhando o que está acontecendo com o agro?

Sim, está, mas essa é uma questão um pouco mais difícil de ser revertida. No momento, o Governo Federal está muito voltado para o Plano Safra e para a possibilidade de negociação das dívidas do setor, já que a questão do endividamento tem gerado tensão. Ao mesmo tempo, o governo tem limites de atuação.

Por exemplo, o Plano Safra tem a equalização dos juros para o produtor rural, mas existe um limite fiscal para isso. Além disso, a Selic está em um patamar elevado, e o Banco Central está tendo dificuldades para reduzi-la, o que acaba limitando bastante o setor produtivo.

Outra questão difícil de ser combatida, é a alta dos preços dos fertilizantes, já que o Brasil não possui uma produção interna que supra a sua demanda. Como é impossível

Divulgação Insper Agro Global



Leandro Gilio

reverter esse problema no curto prazo, o governo acaba tendo uma ação limitada. Existem políticas direcionadas à produção interna de fertilizantes e de incentivo a bioinsumos, mas nenhuma delas é tão eficiente a ponto de mudar esse cenário.

Como o PIB do agro deve fechar em 2026?

A tendência atual é que se mantenha um crescimento para este ano, justamente porque ainda não se prevê uma queda na produção brasileira para 2026. Contudo, a possibilidade de falta de fertilizantes, a elevação dos custos de produção e as dificuldades para se fazer investimentos devem prejudicar a safra que vai ser plantada no segundo semestre deste ano e que vai ser colhida no primeiro semestre de 2027. É por isso que esse efeito vai se dar adiante, e não agora.

Como você está vendo as perspectivas do agronegócio brasileiro para 2026 e 2027?

Por enquanto, essa situação não vai mudar. Os produtores estão passando por uma tempestade perfeita, sendo que não existe uma perspectiva de mudança no

curto prazo. Os juros vão seguir elevados; o crédito caro e escasso; e o custo dos insumos sem perspectiva de queda, pelo menos por enquanto. Além disso, a situação ainda está sendo complicada pelo conflito no Oriente Médio.

Como o nível de endividamento dos produtores tende a se elevar com esse cenário mais complicado, isso deve reduzir os investimentos, mas esse ponto deve se reverberar muito mais na safra que vai ser colhida em 2027.

Considerando a nossa conversa, você gostaria de acrescentar algum ponto à sua entrevista?

Os produtores precisam pensar muito mais na gestão de riscos. Nesse contexto, aspectos como seguros e hedges para o travamento de preços ganham muita importância. Outro ponto é que as políticas públicas dos setores deveriam olhar um pouco melhor para a questão do endividamento, já que o setor vive uma situação realmente complicada. Como o agro trouxe muito crescimento econômico para o país ao longo dos últimos anos, é preciso ter atenção com esse problema.

enel
BRASIL

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
CNPJ/MF nº 33.050.071/0001-58
NIRE nº 3330005494-4
companhia aberta

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 06 de maio de 2026, às 09h30, na sede da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia" ou "Emitente") situada na Avenida Oscar Niemeyer, nº 2000, Bloco 01, Sala 701, parte, Aqwa Corporate, Santo Cristo, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20220-297. **2. CONVOCAÇÃO E PRESEÇA:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, estando presentes os Srs. Francesco Tutoli, Francesco Moliterni, Luiz Cesio de Souza Caetano Alves, Marja Ozolins dos Santos e Otacilio de Souza Junior. **3. MESA:** Presidente: Sr. Francesco Tutoli; Secretária: Sra. Andrea Leandro Valenzuela. **4. ORDEM DO DIA:** Contratação de uma ou mais operações de empréstimos, no valor total de até R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), pelo prazo de até 2 (dois) anos. **5. DELIBERAÇÕES:** Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições: **5.1.** Quanto ao único item da Ordem do Dia, em atendimento ao disposto no artigo 14, §1º, (VIII), do Estatuto Social, aprovar a contratação de uma ou mais operações de empréstimo, no montante de até R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), em moeda nacional ou estrangeira, acompanhado, se necessário, de operação de SWAP para conversão em reais, com garantia a ser prestada pela controladora Enel Brasil S.A., pelo prazo de até 2 (dois) anos, nos termos e condições apresentados pela Área de Finanças e Seguros. **5.1.1.** Autorizar os Diretores da Companhia, seus procuradores e/ou representantes, conforme o caso, a tomar todas as providências necessárias à celebração dos contratos de financiamento e derivativos. **5.1.2.** Convalidar e ratificar todos os atos já praticados pelos Diretores da Companhia e procuradores bastante constituídos, relacionados às aprovações acima. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu a reunião por encerrada, sendo lavrada a presente ata na forma de sumário, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os membros do Conselho de Administração presentes. Assinaturas: Mesa: Francesco Tutoli – Presidente; Andrea Leandro Valenzuela – Secretária. Conselheiros de Administração: Francesco Tutoli, Francesco Moliterni, Luiz Cesio de Souza Caetano Alves, Marja Ozolins dos Santos e Otacilio de Souza Junior. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 06 de maio de 2026. **Mesa: Francesco Tutoli** - Presidente; **Andrea Leandro Valenzuela** - Secretária. JUCERJA em 19/05/2026 sob o nº 7779558. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

SINDICATO DOS PUBLICITÁRIOS E AGENCIADORES DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE DO ESTADO DO RJ
Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2027

O Sindicato dos Publicitários e Agenciadores de Propaganda e Publicidade do Estado do RJ, comunica que, de acordo com o deliberado na assembleia realizada no dia 25 de novembro de 2025 e diante da assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho firmada com o Sindicato das Empresas de Propaganda Exterior do Estado do RJ, torna público os termos da Convenção firmada com reajuste dos salários com percentual de 5%. Foi aprovada a Contribuição Assistencial, a ser descontada pela Empresa no contracheque dos trabalhadores o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), nas folhas de pagamento dos meses de junho, agosto e outubro de 2026. Os trabalhadores da Região Metropolitana (Grande Rio), contemplados pela Convenção Coletiva assinada, que desejarem se opor à referida contribuição, deverão comparecer pessoalmente à sede do sindicato, à Av. Beira Mar, 216 - Sala 801, Centro - Rio de Janeiro - RJ, das 10h às 16h, com a seguinte documentação: documento de identificação com foto, duas vias da carta de oposição, escrita de próprio punho, contendo: Nome completo, CPF e telefone de contato do empregado; Nome, CNPJ, endereço e e-mail da Empresa. Os trabalhadores dos demais Municípios (Interior do Estado do RJ) poderão apresentar sua oposição à referida contribuição através do e-mail convencao coletiva@sindpubrj.com.br, de maneira individual, contendo o nome, CPF, e telefone de contato do empregado; Nome, CNPJ, endereço e e-mail da Empresa. O prazo para entrega da carta será de 10 dias úteis, a contar da data da publicação deste Edital. Informamos que, findo o prazo acima, não será aceita qualquer oposição à contribuição mencionada. Ressalta-se que serão respeitadas as normas de prioridade nas conformidades legais. Frisa-se que o incentivo patronal à apresentação de carta de oposição é prática antissindical e que a contribuição dos trabalhadores é que mantém o sindicato na luta em defesa de mais respeito, salários e direitos para toda a categoria. As empresas deverão descontar a contribuição, nos meses mencionados, dos trabalhadores que não se opuserem ao desconto, devendo repassá-las ao Sindicato Laboral, nos meses subsequentes aos descontos. José Agenilson Santos - Presidente.

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM CASAS DE DIVERSÕES E EM EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO SINDICOVI-RIO
Edital de Convocação

Pelo presente edital, faço saber que no dia 24 de junho de 2026 das 9h00min às 16h00min, na rua Senador Dantas, nº 100, Gr. 814, Centro, Rio de Janeiro, RJ, será realizada eleição para composição da Diretoria, do Conselho Fiscal e Delegados Federativos, bem como suplentes, do Sindicato dos Empregados em Casas de Diversões e em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis do Município do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ sob o nº 33657214/001-94, ficando aberto o prazo de 10 (dez) dias para o registro de chapas, que correrá a contar do dia da publicação do Aviso Resumido este Edital, conforme determina o Estatuto Social do sindicato. O requerimento acompanhado de todos os documentos exigidos para o registro será dirigido ao Coordenador das Eleições, podendo ser assinado por qualquer dos candidatos componentes da chapa. A Secretaria Eleitoral, instalada na sede do sindicato, na rua Senador Dantas, nº 100, Gr. 814, Centro, Rio de Janeiro, RJ, funcionando das 11h às 16h durante o prazo de registro, mantendo pessoal habilitado a prestar informações concernentes ao processo eleitoral, para proceder à inscrição e fornecer recibo de documentos. Cópias do Edital de Convocação e do presente aviso resumido estão afixadas na sede do sindicato. A impugnação de candidaturas deverá ser feita no prazo de 24 horas, a contar da publicação das chapas registradas. Rio de Janeiro, 20 de maio de 2026.
Cláudio Fernandes Rocha- Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE TRABALHO E PRODUÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE BANGU -
CNPJ: 26.410.210/0001 - 41 - NIRE: 33.4.0005527-6

A Presidente da REICLAMAIS ZONA OESTE - Cooperativa de Trabalho e Produção de Catadores de Materiais Recicláveis de Bangu, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto Social, art.29 convoca a todos os seus 32 sócios existentes na cooperativa para a ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA a ser realizada no dia 02 de Junho de 2026 na sede administrativa, sito na Rua Roque Barbosa, 348 - Bangu/RJ. A Recicláveis Zona Oeste convoca todos os seus sócios às 10:00 horas. A AGO deliberará sobre os seguintes assuntos: (A) Eleição da Nova Diretora Financeira; (B) Eleição do Novo Membro Efetivo do Conselho Fiscal; (C) Entrada e Saída de sócios. Rio de Janeiro, 22 de maio de 2026.
EVANIR DA SILVA

JUIZO DE DIREITO DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL
EDITAL DE 1º, 2º LEILÃO E INTIMAÇÃO - ELETRÔNICO, prazo: 05 dias, ação de Cobrança proposta por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO ITANAGRA em face de LIDO SERVIÇOS GERAIS LTDA e CELSO QUINTANILHA D'AVILLA (Processo nº 0179697-85.2014.8.19.0001): A Dra. MARIA APARECIDA DA COSTA BASTOS, Juíza de Direito, FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, especialmente a LIDO SERVIÇOS GERAIS LTDA, através do seu representante legal, e a CELSO QUINTANILHA D'AVILLA, de que no dia **25/05/2026**, às 12:00 horas, através do portal de leilões on-line (www.rymerleiloes.com.br), pelo Leiloeiro Público JONAS RYMER, será vendido a quem mais der acima das avaliações de **R\$ 327.974,78 e R\$ 213.183,61, Salas 605 e 606, respectivamente**; ou no dia **28/05/2026**, no mesmo horário e local, a quem mais der a partir de 80% do valor da avaliação, as **Salas 605 e 606 na Rua Avenida Franklin Roosevelt, 115 - Centro/RJ**. Cf. o 7º RI, a sala 605 encontra-se matriculada sob o nº 49065, em nome de Lido - Empreendimentos Industriais e Serviços Ltda, constando os gravames descritos no edital de leilão. Débitos IPTU: R\$124.835,30, mais acréscimos legais (FRE 0.534.363-7) e de Funesbom: R\$2.020,94. Débitos de Condomínio: R\$ 594.323,24. Sala 606: Cf. o 7º RI, o ref. imóvel encontra-se matriculado sob o nº 49066, em nome de Lido - Empreendimentos Industriais e Serviços Ltda, constando os gravames descritos no edital de leilão. Débitos de IPTU: R\$77.896,93, mais acréscimos legais (FRE 0534362-9). Débitos de Funesbom: R\$1.007,70. Débitos de Condomínio: R\$ 388.440,15. Foreiras à Fazenda Nacional. Os créditos que recaem sobre o imóvel, serão sub-rogados sobre o preço da alienação, cf. o § 1º, do art 908, do CPC e o parágrafo único do art. 130 do CTN. Ficam os interessados intimados do leilão pelo presente edital, suprindo a exigência contida no art. 889 do CPC. Arrematação, adjudicação ou remição far-se-á à vista, mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, cf. o art. 892, CPC, acrescida de 5% de comissão ao Leiloeiro, de acordo com o parágrafo único, do art. 24, Decreto nº 21.981/32; e custas de cartório de 1% até o máximo permitido. - Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e vinte e seis.

EDITORIA PRUMO LTDA
CNPJ nº 09.323.431/0001-63 - NIRE nº 33.2.0966349-6
ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Nos termos do Artigo 1.072 da Lei 10.406/2002, reuniram-se no dia 20 de maio de 2026, na sede social da **EDITORIA PRUMO LTDA**, com sede na Cidade de Duque de Caxias/RJ, sito na: Estrada das Chácaras, nº 195 - QUADRA 08 - LOTE 26 - GALPÃO A PARTE - CHÁCARAS RIO PETROPOLIS - CEP: 25251-730, todos os sócios quotistas, representando a integralidade do capital social da Sociedade e, tendo considerado que o capital social é excessivo em relação ao objeto da sociedade, deliberaram aprovar, conforme artigos 1.082, 1.083 e 1.084 do Código Civil 2002, a redução do capital social de R\$2.390.000,00 (dois milhões, trezentos e noventa mil reais), para: R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), com a devolução aos sócios de 1.890.000,00 (um milhão, oitocentos e noventa mil reais) do capital investido, na proporção de suas participações no Capital Social. Os sócios se comprometem a promover a competente alteração do contrato social da Sociedade com intuito de refletir as deliberações acima tomadas. Rio de Janeiro, 20 de maio de 2026.
Paulo Roberto Rocco - Angela Maria de Almeida Rocco
João Paulo de Almeida Rocco

EDITAL DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA SINDICATO DOS ENFERMEIROS DO RIO DE JANEIRO

O Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro, entidade sindical inscrita sob CNPJ n. 42.183.624/0001-31, com sede na Rua Pedro Lessa, 35/7º andar, vem a através deste convocar os profissionais Enfermeiros da HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA S.A, para Assembléia Geral Extraordinária no dia 27 de Maio de 2026, de forma presencial, no auditório do Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro (Rua Pedro Lessa, nº 35, 7º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ), às 14h, em primeira convocação, e às 14h15, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, para discussão e deliberação da seguinte ordem do dia: 1) Acordo Coletivo da Categoria; 2) Dissídio coletivo. RJ, 22 de maio de 2026, Elizabeth Guastini - Presidente

RIO TRENS PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
NIRE 33.3.0026094-3 - CNPJ nº 02.720.700/0001-86
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Prezados Senhores Acionistas, convocamos V.Sas. para a Assembleia Geral Ordinária da **Rio Trens Participações S.A. - Em Recuperação Judicial** ("Companhia" ou "RTP"), sociedade anônima com sede na Rua da América, nº 210, parte, Santo Cristo, Rio de Janeiro/RJ CEP 20220-590, que será realizada no dia 28 de maio de 2026, às 9 horas, na modalidade assembleia digital, a fim de deliberarem sobre a seguinte: **ORDEM DO DIA: 1)** Prestação de contas da administração, deliberação sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2025, bem como sobre a destinação dos resultados do exercício e a distribuição de dividendos, nos termos do art. 132 da Lei 6.404/76. **2)** Fixação da remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia. A Companhia enviará aos endereços de e-mail indicados pelos acionistas ou seus representantes o Edital de Convocação, a documentação referente à deliberação da assembleia e as instruções de voto. Pela natureza da deliberação, solicitamos que V.Sas. profiram seus votos publicamente em resposta ao referido e-mail até a data e hora da realização da assembleia ora convocada. As referidas informações serão pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização. Por fim, informamos que todos os documentos e informações necessários à deliberação da Ordem do Dia encontram-se disponibilizados na sede da Companhia. Rio de Janeiro, 20 de maio de 2026. **Kazuhisa Ota, Presidente do Conselho.**

CONCESSÃO DE LICENÇA
CBR 079 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CNPJ: 33.789.404/0001-65 torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento - SMDU, através do processo nº EIS-PRO-2025/17038, a Licença Municipal Prévia nº 12/2026 válida até 19/05/2030 para construção de grupamento residencial multifamiliar situado Avenida Vicente Carvalho, Lote 1 do PAL 44519 (onde existe o imóvel nº 1017) - Vila da Penha, Rio de Janeiro - RJ.

SINMED
Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDICATO DOS MÉDICOS DO RIO DE JANEIRO - SINMED/RJ, por seu Presidente, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os(as) médicos(as) da Atenção Primária à Saúde do Município do Rio de Janeiro, empregados(as) sob regime CLT das Organizações Sociais Viva Rio, SPDM, Instituto de Gestão e Desenvolvimento - IGEDES e Instituto Gnosis, para participarem de Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 28 de maio de 2026, em formato virtual, às 19h, em primeira convocação, e às 20h, em segunda convocação, com qualquer número de presentes. A inscrição deverá ser realizada por meio do formulário eletrônico disponível no link: <https://forms.gle/45quizSzEJsn5EsA7> O link de acesso à assembleia será encaminhado, por e-mail, aos(as) médicos(as) inscritos(as) até 30 minutos antes da primeira convocação. A Assembleia terá a seguinte pauta: a) Reivindicações da categoria e resposta das Organizações Sociais; b) Deliberação sobre greve e paralisações. Rio de Janeiro, 22 de maio de 2026.
Dr. Alexandre Telles - Presidente do SINMED/RJ

SINDICATO DOS ARTISTAS E TÉCNICOS EM ESPETÁCULOS DE DIVERSÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio de Janeiro - SATED/RJ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca os profissionais **Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões** para participarem da ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se no dia **28/05/2026, quinta-feira, às 16 horas em primeira convocação e às 16 horas e 30 minutos em segunda e última convocação com qualquer quórum**, na sua sede administrativa, sito na Rua Alcindo Guanabara, 17/18º andar, Centro - Rio de Janeiro, para **discutir e deliberar sobre: a) CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2027; b) Autorizar a diretoria sindical tomar as medidas cabíveis para a concretização do Instrumento Coletivo; c) Autorização expressa para cobrança da contribuição sindical assistencial /Tema 935 STF.** Rio de Janeiro, 21 de maio de 2026. Hugo Gross - Presidente do SATED/RJ.

Taesa compra cinco concessões de transmissão

Ativos representarão R\$ 291 milhões da receita anual

A Taesa, grupo privado de transmissão de energia elétrica do Brasil concluiu, na noite desta quarta-feira (20), a assinatura do contrato de compra e venda de cinco concessões de transmissão de energia elétrica. “Essa operação impulsiona a estratégia da companhia de investir em projetos atrativos, com rentabilidade e disciplina financeira”, destacou a empresa.

A conclusão da operação ainda está sujeita à implementação ou renúncia, conforme o caso, de condições precedentes usuais para esse tipo de negócio, incluindo, entre outras, a aprovação definitiva da Operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), credores e aprovação em Assembleia Geral Extraordinária da Taesa.

A Taesa ressaltou que os novos empreendimentos adquiridos são estratégicos para a estabilidade do Sistema Interligado Nacional (SIN) e apresentam

as seguintes características operacionais: Os empreendimentos estão localizados em uma em Goiás, duas no Pará, duas no Tocantins (sendo uma localizada próxima a Bahia).

Todas as cinco concessões estão 100% em operação comercial e os ativos representam um crescimento de R\$ 291 Milhões em receita anual permitida (RAP) (ciclo 25x26), o que corresponde a 7% na RAP e 12% na receita total (a ser auferida durante a vigência das concessões). Os empreendimentos, com concessão remanescente de cerca de 22 anos, possuem ao todo 1.305 km de linhas de transmissão e 12 subestações. Com esta aquisição, a capacidade de transformação da Taesa aumenta em 33%, atingindo cerca de 18 mil MVA.

Os novos empreendimentos apresentam complementaridade geográfica e operacional com o portfólio atual, criando oportunidades para otimização

de recursos, captura de eficiências e fortalecimento da nossa atuação.

“Esta aquisição reflete nosso compromisso com o crescimento sustentável, um dos pilares da nossa estratégia, e reflete também a confiança dos acionistas com o rumo da companhia. Esses investimentos reforçam o posicionamento da Taesa como uma importante agente de integração do sistema de transmissão de energia do país, estendendo sua presença para importantes regiões do Brasil. Mais do que expandir nossa rede, essa movimentação materializa o nosso propósito de transmitir energia com eficiência e qualidade, garantindo segurança e confiança em cada relação. Temos focado em práticas de gestão responsáveis, buscando não apenas o fortalecimento de nossa operação, mas também o impacto positivo na transição energética e no desenvolvimento do setor.” destaca o diretor presidente da companhia, Rinaldo Pecchio.

Agronegócio poderá usar linha de crédito do FAT para inovação

Produtores rurais que quiserem investir em inovação poderão contar com uma linha especial de crédito. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou ontem mudança nas regras de financiamento à inovação e à digitalização com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A medida amplia o acesso ao crédito para empresários individuais e pessoas físicas que atuam no agronegócio, na produção florestal, na pesca e na aquicultura.

Na prática, produtores rurais e trabalhadores desses setores poderão contratar financiamentos para modernização tecnológica, compra de máquinas e equipamentos e digitalização das atividades produtivas. Os recursos são repassados pelo FAT ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que empresta o dinheiro com juros subsidiados.

Antes da decisão, as operações de crédito eram restritas a empresas organizadas formalmente. Com a nova regulamentação, pessoas físicas e empresários individuais também passam a ser reconhecidos como beneficiários das linhas de financiamento.

A mudança vale para trabalhadores residentes e domiciliados no Brasil que exerçam atividades econômicas ligadas aos seguintes setores: agronegócio; produção florestal; pesca; aquicultura e serviços diretamente relacionados a esses segmentos.

Os financiamentos usam recursos do FAT, fundo abastecido principalmente pelas contribuições do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). O dinheiro é transferido ao BNDES, que opera programas de crédito voltados ao investimento produtivo.

As operações utilizam a Taxa Referencial (TR) como base de remuneração, o que tende a tornar o crédito mais acessível em comparação a modalidades tradicionais de mercado.

Segundo o governo, os recursos poderão ser usados para aquisição de máquinas e equipamentos; modernização tecnológica; digitalização da produção; aumento da produtividade; e melhoria das condições de trabalho e produção.

Segundo a Agência Brasil, a avaliação do governo é que a medida pode estimular a produção e a comercialização de máquinas agrícolas e equipamentos tecnológicos, além de beneficiar fabricantes, distribuidores e prestadores de serviço. A expectativa também é de geração de empregos, aumento da renda e fortalecimento da atividade econômica nas regiões atendidas. O governo argumenta ainda que a modernização tecnológica pode melhorar a eficiência da produção rural e ampliar a competitividade do setor.

SONDOTÉCNICA ENGENHARIA DE SOLOS S.A.
CNPJ/MF nº 33.386.210/0001-19
NIRE nº 3.330.013.730-1
Companhia Aberta
ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Sondotécnica Engenharia de Solos S.A.** (“Companhia”) a se reunirem no dia 29 de maio de 2026, às 09:30 horas, em **segunda convocação**, observado o disposto no artigo 125 da Lei nº 6.404/1976 (“LSA”) e no artigo 11 da Resolução CVM nº 232/2025 (“RCVM 232”), em **Assembleia Especial de Titulares de Ações em Circulação** (“Assembleia”), a ser realizada na sede social da Sondotécnica Engenharia de Solos S.A., na Rua Voluntários da Pátria, nº 45, 8º andar, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre a concessão de anuidade para que a Companhia seja classificada como “Companhia de Menor Porte” (“CMP”), nos termos do artigo 11, caput e § 1º, inciso II, da RCVM 232, com a consequente integração da Companhia ao regime de Facilitação do Acesso a Capital e de Incentivos a Listagens – FÁCIL, ficando desde já autorizada a administração da Companhia a: (a) adotar todas as providências necessárias à implementação da referida classificação perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM (“CVM”) e a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), conforme aplicável; e (b) praticar todos os atos, firmar documentos, declarações e requerimentos que se mostrem necessários ou convenientes para dar pleno cumprimento às deliberações aprovadas nesta Assembleia. **Informações Gerais:** 1. Para os fins da RCVM 232, a classificação da Companhia como CMP depende de deliberação favorável da maioria dos titulares de ações em circulação presentes na Assembleia. Consideram-se “ações em circulação”, para esse fim, nos termos do art. 3º, § 1º, da Resolução CVM nº 81/2022 (“RCVM 81”), todas as ações de emissão da Companhia, excetuadas aquelas de titularidade do controlador, de pessoas a ele vinculadas, dos administradores da Companhia e aquelas mantidas em tesouraria. Considera-se “pessoa vinculada” qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo ou universalidade de direitos que atue representando o mesmo interesse da pessoa ou entidade à qual se vincule; 2. Na presente data, a Companhia não possui valores mobiliários representativos de dívida em circulação, razão pela qual não se aplica a exigência de obtenção de anuidade dos respectivos titulares, prevista no art. 11, § 3º, da RCVM 232; 3. Comunicamos aos Senhores Acionistas que se enquadram nos termos do item 1 acima, para os fins do art. 10 da RCVM 81, que os documentos relacionados a este Edital se encontram, na presente data, à disposição na sede Companhia, bem como nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e de Relações com Investidores da Companhia https://www.sondotecnica.com.br/sobre-nos/relacaocom-investidores/; 4. Os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência à data designada para a realização da Assembleia, além do documento de identidade, conforme o caso: (a) comprovante expedido pela instituição escrituradora nos últimos 5 (cinco) dias; b) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ ou c) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. 5. A Companhia adotará o voto à distância na realização da Assembleia, nos termos da RCVM 81, possibilitando que o acionista exerça o direito de voto por meio de seus respectivos agentes de custódia, por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Itaú Unibanco S.A., ou diretamente à Companhia. Os acionistas que optarem por remeter o boletim de voto à distância (“BVD”) diretamente à Companhia poderão fazê-lo enviando, até 25/05/2026, para o endereço eletrônico ri@sondotecnica.com.br, vias digitalizadas em formato PDF do BVD (devidamente preenchido, rubricado e assinado) e dos documentos pertinentes, não sendo necessário o envio das vias físicas. A Companhia confirmará o recebimento dos documentos, bem como comunicará ao acionista por meio do endereço de e-mail informado no BVD se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário. 6. A Companhia considerará válidas as instruções de voto recebidas por meio do respectivo BVD, originalmente indicadas para a primeira convocação, uma vez que a instalação da Assembleia, em segunda convocação, não ultrapassará 30 (trinta) dias da data em que a Assembleia em primeira convocação seria realizada, nos termos do artigo 49, parágrafo único, da RCVM 81. Caso o acionista deseje alterar as instruções de voto previamente enviadas, deverá encaminhar novo BVD, observado o procedimento e os prazos previstos neste edital, hipótese em que o novo BVD substituirá integralmente o anterior. 7. Os acionistas poderão obter todas as informações necessárias para melhor entendimento das matérias acima, bem como modelo de procuração, mediante solicitação através do e-mail ri@sondotecnica.com.br. Rio de Janeiro, 21 de maio de 2026.
Daniel Bergman
Presidente do Conselho de Administração

OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.
CNPJ nº 09.114.805/0001-30 - NIRE 333.0031011-8
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 2026

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Reunião realizada remotamente por meio digital, nos termos da Cláusula 28, §2º do Estatuto Social da OceanPact Serviços Marítimos S.A. (“Companhia”), no dia 07 de maio de 2026, às 10:00 horas.

2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensadas todas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. 3. **MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Luis Antonio Gomes Araujo, que convidou o Sr. Thiago Borges Paes de Lima para secretariá-lo. 4. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) a eleição dos Diretores da Companhia; (ii) a nomeação do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração; e (iii) a eleição dos membros do Comitê de Auditoria e Compliance da Companhia.

5. **DELIBERAÇÕES:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos, sem reservas ou ressalvas, deliberaram: (i) Aprovar a reeleição dos diretores da Companhia, para mandato até a data da primeira reunião do Conselho de Administração realizada após a Assembleia Geral Ordinária de 2028 que deliberará sobre as contas do exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2027, nos seguintes termos: (a) **Flavio Nogueira Pinheiro de Andrade**, brasileiro, casado, engenheiro naval, portador da carteira de identidade nº XXX0983XX-X, emitida pelo CREA-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.926.197-XX, com endereço comercial na Rua da Glória, nº 122, salas 801 e 802 (10º pavimento) e salas 901 e 902 (11º pavimento), CEP: 20241-180, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de **Diretor Presidente** da Companhia, tendo suas competências sido estabelecidas na cláusula 35, (a), do Estatuto Social da Companhia; (b) **Haroldo Nogueira Solberg**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da carteira de identidade nº XXX9323XX-X, expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.083.597-XX, com endereço comercial na Rua da Glória, nº 122, salas 801 e 802 (10º Pavimento) e salas 901 e 902 (11º pavimento), CEP: 20241-180, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para os cargos de **Diretor Geral do Segmento Embarcações**, responsável pela gestão operacional, técnica e comercial da Unidade de Negócio Navegação da Companhia, e **Diretor Vice Presidente** da Companhia, tendo no exercício deste último suas competências sido estabelecidas na cláusula 35, (b), do Estatuto Social da Companhia; (c) **Eduardo de Toledo**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da carteira de identidade nº 4. XXX.259-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.264.958-XX, com endereço comercial na Rua da Glória, nº 122, salas 801 e 802 (10º pavimento) e salas 901 e 902 (11º pavimento), CEP: 20241-180, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de **Diretor Financeiro e de Relação com Investidores**, tendo suas competências sido estabelecidas na cláusula 35, (c) e (d), respectivamente, do Estatuto Social da Companhia; (d) **Adriano Ranieri Cervinho Viana**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da carteira de identidade XXX137XX-X, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.356.117-XX, com endereço comercial na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Glória, nº 122, 801 e 802 (10º pavimento) e salas 901 e 902 (11º pavimento), Glória, CEP: 20.241-180, para exercer o cargo de **Diretor Geral do Segmento Serviços** da Companhia, responsável pela gestão operacional, técnica e comercial das Unidades de Negócio Subsea, Oil Spill Offshore e Portuário, Consultoria, Geociências e Logística; (e) **Erik Fabian Gomes Cunha**, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da carteira de identidade nº XXX467X, expedida pelo SSP/ES e inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.749.217-XX, com endereço comercial na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Glória, nº 122, 801 e 802 (10º pavimento) e salas 901 e 902 (11º pavimento), Glória, CEP: 20.241180, para exercer o cargo de **Diretor Comercial** da Companhia, responsável pelas áreas de marketing e de vendas da Companhia, englobando a elaboração de propostas e contratos, políticas de preços, a participação em concorrências e licitações, a manutenção de cadastro, e o desenvolvimento de novos negócios para a Companhia; (f) **Fernando Borensztein**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº XXX932XX-X, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.958.477-XX, com endereço comercial na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Glória, nº 122, 801 e 802 (10º pavimento) e salas 901 e 902 (11º pavimento), Glória, CEP: 20.241-180, para exercer o cargo de **Diretor de Novos Negócios e Sustentabilidade** da Companhia, responsável pelas áreas de sustentabilidade e desenvolvimento de novos negócios associados à economia azul, incluindo o desenvolvimento de pesquisa e a implantação de soluções integradas que promovam o uso sustentável da biodiversidade e dos recursos marinhos. Os Diretores ora eleitos tomarão posse mediante a assinatura do respectivo termo, lavrado em livro próprio, e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenados à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022. (ii) Aprovar a nomeação do Sr. Luis Antonio Gomes Araujo como Presidente do Conselho de Administração da Companhia, bem como do Sr. Felipe Nogueira Pinheiro de Andrade como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, para exercerem tais funções durante todo o mandato atual de seus membros. (iii) Aprovar a reeleição dos seguintes membros para o Comitê de Auditoria e Compliance, para um novo mandato unificado que se estenderá até (a) a primeira reunião do Conselho de Administração a ser realizada após a Assembleia Geral Ordinária de 2028 que deliberará sobre as contas do exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2027, ou (b) a data da primeira reunião do Conselho de Administração a ser realizada após a implementação da Operação objeto do Fato Relevante divulgado pela Companhia em 27 de fevereiro de 2026, o que ocorrer primeiro: (a) **Marcus Vinicius Dias Severini**, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade nº XXX982/0-X, emitida pelo CRC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.856.067-XX, com endereço na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 110, apartamento 601, Copacabana, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22030-040, como Coordenador e membro do comitê com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos do art. 22, V, ‘b’, do Regulamento do Novo Mercado e da Resolução CVM nº 23/2021, conforme documentação arquivada na sede da Companhia, de acordo com os §§ 5º, 6º e 7º do artigo 31-C da referida resolução e em observância ao art. 31-B, V, da Resolução CVM nº 23/2021, art. 22, inciso III, do Regulamento do Novo Mercado e à cláusula 2.9 do Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Compliance. (b) **Ana Maria Siqueira Dantas**, brasileira, casada, engenheira, portadora da carteira de identidade nº XXX7376X-X, emitida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº XXX.733.087-XX, com endereço profissional na Rua da Glória, nº 122, salas 801 e 802 (10º pavimento) e salas 901 e 902 (11º pavimento), CEP: 20241-180, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro independente do Conselho de Administração, nos termos do art. 22, inciso V, alínea a, do Regulamento do Novo Mercado e de acordo com o art. 31-C, inciso I, da Resolução CVM nº 23/2021. (c) **Luis Claudio Rapparin Soares**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº XXX38550 CREA/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.519.907-XX, com escritório na Rua da Glória nº 122, salas 801 e 802 (10º pavimento) e salas 901 e 902 (11º pavimento), Glória, CEP: 20.241-180, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, como membro independente do Conselho de Administração, nos termos do art. 22, inciso V, alínea a, do Regulamento do Novo Mercado e de acordo com o art. 31-C, inciso I, da Resolução CVM nº 23/2021. Os membros do Comitê de Auditoria ora eleitos tomarão posse mediante a assinatura do respectivo termo e declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações e Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022. 6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, com relação à qual, após lida e achada conforme, todos os presentes manifestaram a sua concordância nos termos da Cláusula 7.6 do Regimento Interno do Conselho de Administração, o que certificará os ora signatários. Conselheiros presentes: Ana Maria Siqueira Dantas, Fabio Schvartsman, Flavio Nogueira Pinheiro de Andrade, Felipe Nogueira Pinheiro de Andrade, Luis Antonio Gomes Araujo e Luis Claudio Rapparin Soares. **Confere com original, lavrado em livro próprio.** Rio de Janeiro/RJ, 07 de maio de 2026. **Thiago Borges Paes de Lima** - Secretário. Jucejra nº 7775144, em 15/05/2026. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

RD Saúde participação de 66,7% do GPA no programa de fidelidade

A RD Saúde anunciou nesta quinta-feira a aquisição da participação de 66,7% do GPA na Stix Fidelidade, programa de fidelidade criado como joint venture entre as companhias em 2020, por R\$ 23 milhões.

Com a operação a RD Saúde, que é dona da Raia Drogasil, assume o controle integral da plataforma, enquanto o GPA avança em sua estratégia de simplificação operacional e monetização de ativos em meio ao processo de recuperação extrajudicial e a uma dívida bruta superior a R\$ 4 bilhões.

“A venda de participação majoritária na Stix para a RD representa mais um passo na superação do difícil momento de enfrentamento na recuperação extrajudicial do GPA, buscando simplificação, foco e monetização de ativos não estratégicos”, explica Edson Kawabata, sócio-diretor de novos negócios da Peers Consulting + Technology, consultoria especializada em negócios e tecnologia.

Segundo Kawabata, os R\$ 23 milhões na aquisição são quase imateriais frente ao porte da Stix (com faturamento estimado em mais de R\$ 500 milhões) e ao tamanho da dívida bruta do GPA, de mais de R\$ 4 bilhões. “Ao vender tal participação para um sócio na JV, o GPA consegue preservar benefícios para si e associados

do programa, minimizando impactos negativos para a operação”, explica o consultor. Resultados

A RD Saúde mostrou avanços no resultado do 1T26 com um total de 3.614 farmácias em operação, inaugurando 68 novas unidades no trimestre e 323 nos últimos 12 meses (LTM).

Ao final do trimestre, um total de 25,2% das farmácias RD Saúde se encontravam em fase de maturação, sem terem alcançado todo o potencial de receita e rentabilidade, destacou o balanço.

A rede encerrou o 1T26 com receita bruta de R\$ 11.980 milhões, um crescimento de 20,4% vs. o 1T25. Houve leve desaceleração em relação do 4T25 em função de um pico registrado pela Black Friday naquele trimestre, justificou a empresa.

Entre as categorias, Medicamentos de Marca foram o destaque com crescimento de +29,3% no trimestre, puxados principalmente por itens GLP-1 que sustentaram participação semelhante ao 4T25. Medicamentos Genéricos cresceram +17,7% pela expiração recente de algumas patentes e OTC avançou +14,4%, em linha com expectativas. Perfumaria registrou um crescimento de +11,7%, apesar de um

verdade mais ameno e chuvoso no Sudeste desafiando itens sazonais.